

Bom dia,

senhoras e senhores,

saúdo a deputada **Beatriz Cerqueira**,

a quem congratulo por abraçar este debate tão importante sobre o livro e as condições de acesso a ele em nosso país, numa sociedade que sempre se vê às voltas com a falta de investimentos contínuos e sérios num direito tão fundamental quanto a educação.

Faço chegarem aqui minhas palavras não apenas porque me anima e encoraja que algo esteja sendo feito, em âmbito político, em sentido contrário à proposta de taxação dos livros no Brasil, mas porque se trata de um objeto (de cultura, de consumo, de educação, de tecnologia) fundamental aos nossos estudos e à nossa atuação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, onde leciono há vários anos na formação em Letras, em níveis de graduação e pós-graduação, além da docência no ensino médio e técnico.

Ver o livro como uma tecnologia (social e educacional) é fundamental para, no mínimo, contrabalançar uma visão dele apenas como item de consumo e objeto de arrecadação de impostos.

Por óbvio que os ângulos dos quais certas pessoas ou grupos enxergam o livro darão ênfase a certas características desse produto, afinal resultante de uma cadeia produtiva importante, a indústria editorial, que no Brasil não é desprezível. No entanto, é sempre preciso retomar alguns aspectos históricos que nos ajudam a manter visíveis as conquistas ligadas ao livro, por exemplo o fato de que a invenção de modos de produção e insumos cada vez mais viáveis e baratos (formatos, materiais, máquinas, etc.) foram tornando-o um objeto acessível, disponível, vendido a preços compatíveis com a renda das pessoas comuns. O livro, historicamente, há séculos deixou de ser um objeto de luxo, apenas para altas castas sociais, para se tornar um item relativamente popular, embora ainda possamos reclamar que o seja sempre cada vez mais.

É fundamental lembrar que “livro” é um objeto de muitas configurações, em especial na atualidade, e que serve de mídia para muitos tipos de textos, incluindo material escolar, obras de referência, livros religiosos, técnicos, paradidáticos, manuais, etc. Quando uma instituição brasileira afirma que apenas ricos leem, além de estar vergonhosamente equivocada quanto à atribuição da leitura apenas a certo estrato social, também o está em relação ao fato de que livros são consumidos para múltiplas finalidades, das mais “supérfluas” às mais fundamentais, e que aumentar o custo desse produto é atuar contra as pessoas, contra direitos como a educação e o lazer, para além das contas a que querem chegar.

Toda a cadeia do livro precisa de apoio, fomento e impulso, e isso depende de duas rodas que giram aos trancos no Brasil, a da educação e a da cultura. Taxar o livro significa reduzir ainda mais um acesso já difícil não apenas a livros “de ricos”, que se dão a esse luxo eventualmente, mas ao material escolar e a outros igualmente essenciais para qualquer sociedade que se tenha dado conta de que estamos no século XXI, e que o conhecimento nos chega por meio de um cenário midiático complexo e múltiplo, do qual o livro continua fazendo parte, aliás, sendo protagonista, em todas as suas configurações.

Saúdo novamente a iniciativa de enfrentamento de mais esta crise contra a formação de leitores e leitoras, cidadãos e cidadãs informados e críticos.

Profa. dra. Ana Elisa Ribeiro

(Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG)